

MÃES PRIMÍPARAS: O PROCESSO DE INSERÇÃO DO FILHO NO CMEI

NANDRA SOARES MARTINS

Doutoranda em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- PR, nandrasoares@yahoo.com.br;

ALINE CRISTINA DA SILVA

Graduada em psicologia, especialização em andamento em Psicologia Educacional pela Faveni. aline.psico2807@gmail.com

MARIANE SCHOMMER

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas – PR, mariane-schommer@hotmail.com

FABRÍCIO DUIM RUFATO

Doutorando em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- PR, fabricio-rufato@hotmail.com;

RESUMO

Com a inserção das crianças nos centros de educação infantil, surge a expectativa de como se daria o processo de separação entre mãe e filho. Assim, o objetivo deste estudo é compreender a percepção das mães acerca do processo de inserção de seu primeiro filho no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI). Trata-se de uma pesquisa de campo e desenvolvida de maneira transversal. A amostra foi composta por seis mães primíparas cujos filhos estavam frequentando a educação infantil pela primeira vez. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada, e para a análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa permitiram uma reflexão sobre as ações a serem desenvolvidas para auxiliar no período de separação da díade mãe/filho, uma vez que diversas mães relataram sentimentos conflituosos decorrentes deste período, tais como: impotência, medo, temor, insegurança, entre outros, e ainda sentimentos de liberdade pela conquista de um momento direcionado para o cuidado de si, o que gerou por vezes, um sentimento de culpa ao deixar seu filho aos cuidados de terceiros pouco conhecidos. Dentre os fatores socioeconômicos e sociais, foram elencados a necessidade do provimento familiar e a ausência da rede de apoio. Por fim, espera-se que a presente pesquisa possa contribuir para a implementação de políticas públicas que fomentem a presença de um profissional de psicologia para o acolhimento destes familiares, trazendo assim benefícios não somente para as mães, mas para a comunidade de maneira integral.

Palavras-chave: Sentimentos maternos. Aspectos emocionais. Aspectos sociais. Maternidade. Inserção na creche.

INTRODUÇÃO

Muitas mulheres vivem a expectativa da geração de um filho, e este é um sonho comum no universo feminino que desperta sentimentos relacionados à chegada do bebê, imaginando como será o rosto do filho tão esperado; a sensação da movimentação do feto no útero; o processo de amamentação e até mesmo os primeiros passos e palavras do bebê, porém nem sempre esse processo pode ser acompanhado na íntegra, devido à rotina acelerada e tumultuada da sociedade capitalista.

Sabe-se que em séculos anteriores, a mulher estava inserida em um regime patriarcal, devendo viver exclusivamente para a criação de seus filhos. Com o início da Revolução Industrial no século XX a mulher teve a possibilidade de auxiliar no sustento familiar, entrando para o mercado de trabalho e buscando novas oportunidades.

Entretanto, com o crescimento e a consolidação da mulher no mercado de trabalho ocorreram grandes mudanças no contexto familiar de muitos indivíduos, tornando evidente a necessidade de novos meios para o cuidado alternativo de seus filhos e de locais que estivessem capacitados para receber estas crianças. Neste processo surgiram os centros educacionais, porém as inserções das crianças nestes ambientes fomentaram possíveis dificuldades para muitas mães, advindos de diversas questões, desde o processo afetivo de separação mãe-bebê, até o receio de como estes bebês seriam cuidados.

Quando analisa-se sobre o processo de inserção da criança no CMEI, muito se questiona sobre as dificuldades enfrentadas no processo de adaptação do infante, porém pouco investiga-se acerca das dificuldades enfrentadas pelas mães, seus anseios, seus medos, frustrações, alegrias e/ou inseguranças, entre outros fatores que podem interferir neste momento e trazer um prejuízo para a saúde psicológica da mulher, onde esta situação pode se agravar quando a mãe não possui nenhuma experiência prévia que a oriente sobre como este processo se dará.

Neste cenário, um estudo que contemple os sentimentos das mães em relação a esse processo torna-se fundamental. A psicologia auxiliará com possíveis intervenções para a díade mãe-filho com o objetivo de acolher as angústias maternas, e como consequência contribuirá para uma adaptação tranquila da criança. Desta forma, o processo de inclusão do filho nos centros de educação infantil ainda requer estudos, pois pouco se sabe sobre

como isto pode influenciar nas expectativas das mães. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho objetivou compreender a percepção de mães primíparas acerca do processo de inserção de seu filho na educação infantil.

METODOLOGIA

Este estudo é caracterizado como de campo e de natureza observacional. A abordagem utilizada foi a qualitativa visto que compreende a questão do significado das relações, das representações e da conduta, ligados aos comportamentos nas relações sociais (MINAYO, 2002). A pesquisa foi realizada com seis mães primíparas, cujos filhos estavam frequentando a educação infantil pela primeira vez no ano de 2020. A amostra selecionada foi por conveniência, selecionada entre os centros municipais de educação infantil de uma cidade do Oeste do Paraná, tendo sido identificado um CMEI para realização. O estudo foi contemplado pelo Parecer nº 4.198.179.

Foram utilizados os seguintes instrumentos: um questionário de dados sociodemográficos, com o objetivo de coletar informações gerais das participantes, tais como idade, estado civil, escolaridade, profissão, etc. Também foi utilizada uma entrevista semiestruturada contendo questões que objetivaram investigar os aspectos sociais e emocionais acerca da maternidade; aspectos sociais e emocionais das mães em relação à inserção de seus filhos no CMEI; e quais as crenças que estas mantinham acerca das práticas de cuidados físicos e emocionais dispensados à criança por parte da instituição.

Para a análise dos dados utilizou-se a ferramenta de análise de conteúdo (BRADIN, 2011) de maneira categorial a posteriori. Na qual os pesquisadores destacaram os sentimentos elencados pelas mães referente ao processo de inserção de seu primeiro filho na educação infantil e quais as crenças identificadas a partir da verbalização das mães em relação aos cuidados dispensados ao educando por parte da instituição. Dividindo-os em categorias de análise, respeitando os objetivos específicos da pesquisa.

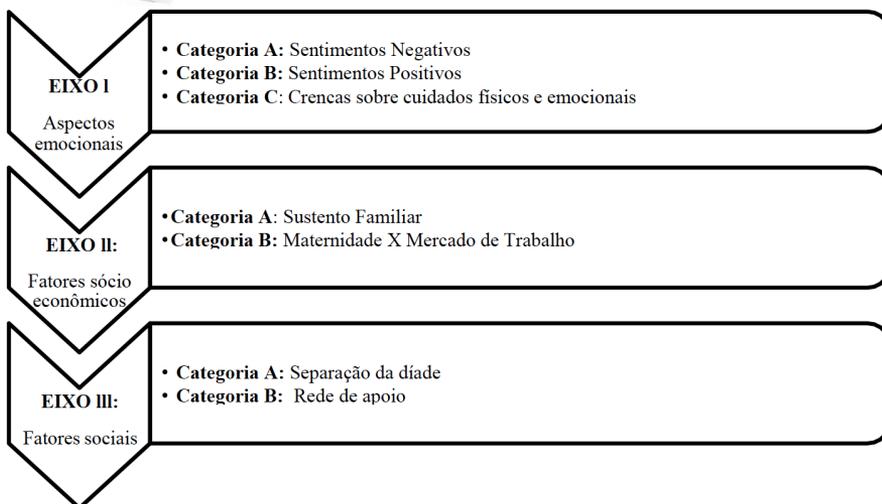
RESULTADOS E DISCUSSÃO

As seis mães entrevistadas possuíam idade entre 26 a 32 anos, sendo quatro casadas ou em união estável e duas divorciadas. Todas possuem ensino médio completo e trabalham média de 8 horas diária e a renda familiar varia de 2 a 3 salários mínimos. Os nomes dados aos sujeitos da pesquisa são

fictícios – nomes de personagens famosos de novelas brasileiras, são eles: Maria do Carmo; Rochelle; Hermínia; Nazaré; Grizelda e Dona Nenê.

Após a análise dos dados pela técnica de análise de conteúdo, os resultados e discussões foram estruturados em três grandes eixos e suas respectivas categorias, como apresentado na Figura 1.

Figura 1. Eixos e categorias de análise.



Fonte: os autores.

Eixo I: aspectos emocionais

Categoria A – Sentimentos negativos

Em relação aos sentimentos vivenciados nesse processo de adaptação, Bossi, Brites e Piccinini (2017) elencam em seus estudos que as mães relataram sentimento de insegurança, angústia, preocupação e culpa principalmente relacionada à separação física entre o familiar e a criança, uma vez que a mãe passaria muito tempo distante de seu filho. Podemos confirmar essa afirmação através da fala nos seguintes relatos: Grizelda: *“Olha no começo não foi fácil, vou te dizer, mas aí eu fui trabalhando aos poucos, eu cheguei procurar psicóloga na época, porque eu fiquei seis meses direto com ele, vendo todo aquele processo junto com ele, então eu tive que procurar uma psicóloga, porque eu me sentia mal, eu chorava o tempo inteiro (...)”*. Nazaré: *“(…) você não pode pegar seu filho de volta, você tem que ir trabalhar e você tem um*

sentimento de impotência, de não poder fazer nada, de seu filho querer voltar pra você e você tipo o rejeitar (...)

O sentimento colocado em evidência pelas mães entrevistadas foi o medo relacionado à inserção do filho no CMEI, “Medo”. (Grizelda); “(...) *medo mesmo de deixar com pessoas estranhas*”. (Nazaré); “*Na verdade assim, o medo*”. (Dona Nenê); “(...) *meu medo maior era só de deixar ela... de ela não ser adaptar, porque ela sempre foi muito carente. Eu tinha medo de ela não conseguir se adaptar muito bem, porque são mais alunos, mais crianças*” (Hermínia). Estes relatos ficam em conformidade com o estudo realizado por Lopes et al. (2005) no qual as mães mencionaram sentimentos negativos relacionadas ao processo de separação, como medo, preocupação, apreensão, tristeza, saudades, entre outros.

Ferreira G. V. (2007) também apresentou em seu estudo argumentos sobre a presença de sentimentos conflitantes em mães ao deixarem seus filhos no CMEI. Segundo o autor, cada mãe passa pelo processo de entrada dos filhos na creche de forma diferente. Na resposta, as mesmas relataram sentimentos que evidenciavam as preocupações e desconfianças relacionadas ao cuidado, principalmente quando verificavam que seus filhos ficavam chorando. Outros sentimentos elencados no estudo foram insegurança e angústia. Durante a realização da presente pesquisa, pode-se observar que algumas mães relataram sentimento de insegurança e preocupação, como pode ser observado pelos seguintes relatos:

Dona nenê: “(...) *rolou uma insegurança*(...)”.

Hermínia: “(...) *Temor, é isso* (...), *A preocupação a gente sempre tem*(...)”. Historicamente, segundo Nascimento (2015), o papel desempenhado pela mulher era exclusivamente a maternidade e os cuidados domésticos. Através dos relatos obtidos nas entrevistas, os sentimentos negativos apresentados podem ter sido decorrentes dessa imposição social que perdura até os dias atuais.

É possível perceber através da fala das participantes sentimentos negativos como a culpa, estando este relacionado à imposição social estabelecida atualmente sobre o papel do feminino no ambiente familiar e reforçado pela estrutura patriarcal vigente até os dias atuais, onde as mulheres necessitam suprir todas as demandas decorrentes do simples fato de seu estado orgânico, como por exemplo: ser mãe, dona de casa, estudar, trabalhar, exalar feminilidade... sem se abster de nenhum destes, muitas vezes comprometendo sua saúde física e emocional, decorrentes do árduo empenho para executar todas as tarefas além do estresse gerado por conta

destas demandas (COSTA, 2018). Essa afirmação fica evidente, no discurso da Nazaré: “(..) *Você levar um sobrinho, um irmão na escola é diferente de você deixar um filho, ainda mais que ele é o meu primeiro filho, então, você se sente um pouco culpada, por você não ter condições de ficar em casa, de você não ter condições de abrir mão do seu trabalho, de você ter que optar por coisas que não são as vezes o melhor para ele*”.

Assim como Nazaré, Hermínia expressa o mesmo sentimento de culpa, entretanto para Hermínia, a culpa está relacionada ao fato de deixar seu filho em um local diferente do ambiente familiar: “(..) *A gente se sente culpada, por deixar eles lá (..)*”. No estudo apresentado por Weber et al. (2006), cerca de 22% das mães com maior nível de escolaridade afirmaram sentir culpa relacionada ao fato de deixarem seus filhos sob os cuidados de terceiros, em turmas de berçários e/ou maternais. Segundo o autor, tal fato pode ser uma característica da imposição social vigente, sendo que a história vem apresentando diversas mudanças no comportamento e nos padrões da humanidade, sendo que estes são significativos na constituição das sociedades e nas condutas comportamentais dos indivíduos. Por conseguinte, a configuração familiar, a educação da prole e o papel da mulher no ambiente social e familiar são afetados, fazendo com que muitas mães apresentem sentimento de culpa ocasionados por este conflito entre seus desejos e os impostos pelos comportamentos sociais vigentes.

Deixar os filhos em um ambiente escolar ainda acarreta fortes conflitos. Culturalmente, a dedicação dispensada pela mãe não pode ser comparada a ofertada por terceiros, uma vez que estes não suprirão as necessidades relativas ao desenvolvimento do infante, sendo então visto como inadequado e suscetível a consequências negativas direcionadas ao mesmo. Esta situação pode provocar sentimentos de medo e insegurança às mães. Todavia, o fato de permitir que a criança esteja em um ambiente escolar, pode apresentar também características positivas, como a realização no contexto profissional e financeiro, além de segurança por saber que seus filhos estão sob cuidados de profissionais (WEBER et al. 2006).

Categoria B – Sentimentos positivos

Dentre as mães entrevistadas, apenas duas elencaram sentimentos positivos em relação a inserção do filho no CMEI, e duas apresentaram sentimentos ambivalentes. Como aponta Rochelle: “*Eu senti mais confiança, assim, era mais fácil eu deixar ele no CMEI do que com a babá, porque o CMEI é um lugar*

com bem mais responsabilidade por parte dos profissionais, do que deixar assim, na mão de outras pessoas tipo babá, sem você conhecer direito (...)". Segundo o estudo realizado por Weber et al. (2006), além dos sentimentos negativos, algumas mães afirmaram que se sentem seguras ao deixarem os filhos no CMEI, pois lá eles respeitariam as rotinas, teriam uma maior facilidade para fazer amigos, maior interação, aprenderiam a respeitar horários e refeições, além de possuírem um direcionamento de entretenimento restritos, evitando assim atividades superficiais que não agregariam em seu desenvolvimento. Na maioria das vezes, essas mães buscam informações sobre a integridade do estabelecimento, o que as deixa mais tranquilas quanto aos cuidados dispensados a seus filhos. No entanto, segundo o estudo, a porcentagem de mães que relataram esse sentimento é muito pequena, apenas 8,7% do total das mães (WEBER et al. 2006). Podendo ser comparado ao presente estudo onde apenas duas mães relataram o mesmo sentimento.

No relato de Grizelda é possível observar uma ambivalência de sentimentos, pois além dos sentimentos negativos quanto a separação do filho, apresenta sentimentos de segurança, quando o filho é deixado aos cuidados de pessoas próximas: *"(...)apesar do medo eu me sentia segura, porque tinha a madrinha dele que trabalhava no local(...)"*. Essa afirmação pode ser corroborada com o estudo de Lopes et al. (2005), onde relata que o processo de separação foi percebido em apenas em 8% das mães, como sentimentos de segurança e tranquilidade, uma vez que o filho permanece sob cuidados de pessoas conhecidas e de confiança.

Quando elencados sentimentos positivos, os mais comuns citados pelas mães no estudo realizado por Bossi, Brites e Piccinini (2017) foram a tranquilidade diante da adaptação favorável do bebê ao CMEI; a confiança transmitida pelas professoras e pela equipe; experiências prévias com outros filhos que frequentaram a instituição; e/ou boas indicações provenientes de terceiros em relação ao trabalho realizado no local. Maria do Carmo declarou um sentimento positivo na inserção do filho decorrente de um dos fatores apresentados pelo autor: *"(...) Pra mim foi tranquilo, porque ela se adaptou muito bem"*.

Nesta perspectiva, a inserção da criança no ambiente escolar foi vivenciada por cada mãe de modo distinto, podendo ser destacados sentimentos ambivalentes, como os descritos no relato de Hermínia: *"(...) Eu tive muito medo de ela não conseguir se adaptar muito bem, porque são mais alunos, mais crianças... entretanto, sei que esse contato auxiliaria muito na socialização da minha filha, porque ela é uma criança sozinha, e junto com os colegas*

ela poderia se desenvolver melhor”. Desde modo, muitos pais manifestam sua felicidade em razão das contribuições que a instituição poderá ofertar para seus filhos, favorecendo o início desta nova etapa na vida do infante e como consequência visando seu desenvolvimento infantil e permitindo um maior desenvolvimento social (SALES, 2017).

Categoria C – Crença sobre cuidados físicos e emocionais

Segundo Weber et al. (2006), o cuidado desempenhado por outro cuidador que não a mãe é socialmente inaceitável, o que pode fazer com que as mães apresentem sentimentos negativos e conflituosos em relação aos cuidados dispensados ao infante. Muitas mães apresentaram crenças conflituosas relacionadas a este cuidado físico, uma vez que as crianças eram muito pequenas, e não poderiam expressar-se verbalmente sobre como algumas situações seriam vivenciadas. Essa afirmação pode ser verificada através da fala de Maria do Carmo: *“Ela sempre foi cuidada muito bem e não tenho queixa nenhuma. Mas a gente escuta um monte de coisa e tem um pouco de medo, vai que deixam ela sem comer, ou esquecem na sala... essas coisa, mas graças a Deus nunca aconteceu nada”*.

Oliveira S. C. M. (2018) descreve a insegurança diante ao atendimento prestado às crianças, como um processo que é desconstruído lentamente, através da convivência dos familiares com os profissionais. Este sentimento é comumente vivenciado pelos familiares durante o processo de inserção, porém, para familiares que possuem algum tipo de contato prévio com a instituição, seja por meio de referências de pessoas conhecidas, ou conhecimento prévio dos profissionais, esse sentimento pode ser atenuado. Essa afirmação pode ser evidenciada nas falas das participantes a seguir: Grizelda: *“Em questão de cuidados, ali pra mim era tranquilo, porque eu conhecia a professora, eu fiz estágio ali com ela, então eu conhecia o profissional dela, eu conhecia o trabalho dela, e eu sabia que o profissional dela era maravilhoso. (...)”*, Nazaré: *“A gente tinha boas expectativas em relação aos cuidados que nosso filho receberia, lógico que nos primeiros dias, são pessoas que você não conhece, mas com o tempo, elas vão te passando confiança e segurança, e você vai ficando mais tranquila.”* E Dona Nenê: *“(...) Aquele receio, mas depois que ele foi, que eu conheci bem o local, que eu conheci as professoras, que eu me senti segura, eu me senti melhor, porque primeiro você tem que se sentir segura e ter aquela confiança da pessoa, pra depois você ter que deixar seu filho (...)”*

Nas situações apresentadas, as mães expressaram uma certa insegurança em relação aos cuidados, porém com o contato propiciado em relação ao CMEI, passaram a sentir-se seguras. Contrapondo com esses argumentos, as mães Rochelle, Maria do Carmo e Hermínia, alegaram que desde o início foi um processo tranquilo e com pouca ou nenhuma dificuldade. O que pode ser evidenciado através dos relatos: Maria do Carmo: “(...) *Olha, pra mim foi super tranquilo, porque a adaptação dela foi fácil, não foi difícil, então pra mim foi super tranquilo*”. Rochelle: “*Pra mim foi mais tranquilo (...), quando ele estava no CMEI, eu estava trabalhando, então na verdade, eu nunca tive receio de deixar ele no CMEI, porque eu sabia que ele estava num lugar seguro, estava com uma pessoa responsável, então pra mim, eu nunca tive dificuldade*”. Hermínia: “(...) *aqui em Foz eu percebo que o ensino público, nessa fase inicial é de excelente qualidade, então eu nunca tive medo em relação à estrutura ou em relação à capacidade dos professores, sempre foi assim uma tranquilidade muito grande pra mim.(...)*”. Este contato realizado entre família e CMEI, fomentaram o desenvolvimento de crenças positivas relacionadas a segurança do infante.

Segundo o estudo realizado por Bossi, Brites e Piccinini (2017), as mães que inseriram seus filhos em um ambiente escolar, em sua maioria, apresentaram aspectos pessoais que favoreceram a adaptação do filho no CMEI. Os relatos que predominaram estavam relacionados à segurança e a tranquilidade em deixar os filhos na instituição, esta confiança estava diretamente relacionada com a capacidade e a qualidade dos profissionais do local.

Já o estudo realizado por Maranhão e Sarti (2008), evidencia as preocupações das mães neste período, no que diz respeito principalmente a separação temporária entre mãe e filho, e sobre a capacidade dos profissionais de darem continuidade aos cuidados dispensados ao infante no seio familiar, tais como: cuidados com a alimentação, conforto e segurança. Ainda segundo o autor, algumas mães receiam que as necessidades do filho não sejam supridas adequadamente ou que estes possam ser agredidos pelos colegas, por falta de um olhar atencioso do profissional. Corroborando com esta afirmação, Dona Nenê apresenta sua preocupação: (...) *Então eu tinha aquele medo, meu Deus, será que vão cuidar? Será que vão dar água? Será que vão dar comida? Será que vão dar carinho? Será que vão prestar atenção? (...)*. Como já mencionado anteriormente, tais afirmações evidenciam a crença de omissão no que tange aos cuidados físicos e emocionais dispensados à criança.

Segundo Cristofeleti e Campos (2016), este processo de adaptação depende tanto dos familiares, como da instituição e dos profissionais, essa

equipe unida fará com que o infante tenha maior êxito nesse período que é permeado por diferentes incertezas, mas que, caso ocorra de uma maneira assertiva, a criança permanecerá tranquila na instituição, o que favorecerá seu desenvolvimento biopsicossocial.

EIXO II: FATORES SOCIOECONÔMICOS

Categoria A – Sustento familiar

Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, a figura feminina passou a exercer diferentes papéis, ampliando suas atividades domésticas e maternas, para atividade remuneradas, fazendo com que a mulher ganhe um novo status social, cercado de diversas responsabilidades, desde seu perfil estético, perpassando cuidados maternos e atingindo o ambiente laboral (NASCIMENTO; VILLAS BÔAS, 2015).

Corroborando com tal afirmação, as mães do presente estudo foram unânimes no que diz respeito ao motivo pelo qual inseriram seus filhos no CMEI, alegando que o sustento familiar e/ou a ampliação da renda familiar, foram os motivos principais para tal procedimento, esses dados são encontrados nos presentes relatos: Nazaré: *“Porque eu preciso trabalhar!”*, Rochelle: *“Na verdade para trabalhar!”*.

Segundo estudo realizado por Piccinini et al. (2016), dentre os argumentos apresentados relacionados ao fato da inserção do filho ao CMEI, 42% dos participantes do estudo relataram questões relacionadas ao trabalho, pois durante a execução das atividades laborais, não havia quem se responsabilizasse pelos cuidados dispensados ao infante. Neste sentido, alguns pais relataram ainda que o fato do próprio local de trabalho favorecer a oportunidade de vaga em um ambiente escolar, o que facilitaria muito a rotina dos mesmos. Tal questão também é observada na presente pesquisa e evidenciado nos relatos das participantes que alegaram terem inserido seus filhos na unidade escolar a fim de assim poderem complementar a renda familiar. Tais afirmações podem ser observadas através dos relatos a seguir:

Dona Nenê: *“Eu recebi uma proposta de trabalho irrecusável, ai meu esposo falou vamos colocar ele no CMEI, vamos colocar em uma escola particular, o que a gente conseguir. Colocamos no CMEI e foi por causa disso, pra poder trabalhar, porque eu precisava trabalhar em horário comercial, precisava aumentar a renda da casa, e eu tinha que colocar ele mais o menos em um horário que ele ficasse integral também”*.

Grizelda: *“Eu trabalhava em horário que eu não conseguiria ficar com ele o dia inteiro, daí eu tive que por, afinal, eu precisava ajudar meu marido com as contas da casa, senão eu ficava mais tempo”.*

Muitas mulheres se encontram perante um paradoxo de sentimentos acerca do desafio de exercer uma função dúbia, entre maternidade e carreira.

Atualmente, a entrada da mulher no mercado de trabalho tornou-se irreversível, em decorrência da sua ascensão socioeconômica, o trabalho tornou-se o percurso pelo qual a mulher buscou sua emancipação financeira e conseqüentemente sua liberdade pessoal (COSTA, 2018). Tal afirmação pode ser evidenciada nos relatos de Maria do Carmo e Hermínia.

Maria do Carmo: *“Primeiro porque eu tava trabalhando e precisava ajudar em casa, por isso que eu coloquei e pelo fato de ser o dia inteiro, o que facilitaria meu trabalho, sem contar que com ela no CMEI eu me sentia tranqüila em ter um tempo pra mim”.*

Hermínia: *“O principal fator foi que ele é integral e meu serviço é em horário comercial. A gente precisava, porque tanto eu quanto meu esposo trabalhamos neste horário. (...) Colocar ela no CMEI me trouxe um pouco de liberdade de novo(...)”.*

Segundo Ferreira G.V. (2007), estes sentimentos de alívio e satisfação podem ocorrer neste período em que a criança está sob cuidados do ambiente escolar, uma vez que isso propicia a mãe um tempo para si. Como pode ser visto no discurso de Hermínia: *“(..) Por mais que eu me sentia um pouco preocupada em deixar ela, eu também me sentia aliviada por poder respirar um pouco”.*

Decorrentes destes fatores pode-se constatar que as mulheres experienciam uma contínua ambivalência de sentimentos relacionados ao fato de conciliar a atividade laboral, sua vida familiar e sua feminilidade. Buscando uma realização profissional e favorecendo seu exercício de autonomia (COSTA, 2018).

Categoria B – Maternidade x Mercado de trabalho

Historicamente, os cuidados ofertados no ambiente familiar, principalmente pela figura materna, são considerados os mais adequados para o infante, partindo desta premissa, constituiu-se a ideia de que a função da mulher era zelar pelo ambiente do lar e pelos cuidados de sua prole. Com a entrada da mulher no ambiente de trabalho, os cuidados relacionados a casa e aos cuidados com o infante acabaram sendo delegados pouco a

pouco a terceiros, e a sociedade passou a cobrar o retorno da mulher para o ambiente familiar, uma vez que as atividades relacionadas a este ambiente deveriam ser realizadas por elas integralmente. Em função desta cobrança, e desta dualidade de funções, pode surgir na mulher um sentimento de culpa por não estar desempenhando seu papel social plenamente (WEBER et al. 2006).

Esta dificuldade em relacionar trabalho e maternidade pode ser evidenciada no discurso de Dona Nenê: *“Na verdade eu abri mão do meu trabalho no começo. Depois eu recebi a proposta e voltei, só que eu percebi que não vale a pena você abrir mão de alguma coisa que você quer por causa de um trabalho. Eu abri mão de cuidar do meu filho para trabalhar, só que eu chegava em casa muito cansada, e não conseguia dar atenção pra ele, e o que a criança precisa é de atenção. Então eu resolvi abrir mão do meu trabalho pra me dedicar 100% a maternidade”*.

Comumente, as atribuições familiares ocupam uma parte significativa das preocupações do universo feminino, principalmente no que se refere ao bem-estar dos filhos, como aponta Hermínia: *“(...) Nós dois tínhamos que trabalhar, afinal, nos dias atuais não tem como dar uma qualidade de vida boa para nossos filhos se não estiverem os dois da casa se ajudando”*. Segundo Coelho (2002), no propósito de satisfazer tais aspirações e conquistar tais objetivos, muitas mulheres são levadas a adquirirem um ritmo excessivo de trabalho, o que acarreta em altos níveis de estresse em suas vidas e prejudica significativamente sua qualidade de vida. Todavia, Dona Hermínia relata que conseguia conciliar suas atividades laborais e de lazer, enquanto sua filha estava no CMEI, pois esta possuía uma jornada de trabalho menor quando comparada as outras mães do estudo, o que fazia com que ela apresentasse sentimento de alívio por saber que sua filha estaria bem amparada, enquanto ela conquistava um tempo para si.

Exercer diariamente uma jornada rígida de trabalho não é uma tarefa fácil, as cobranças familiares impostas a mulher podem ser motivo de sofrimento e estresse emocional. Uma vez que o tempo para execução de atividades relacionadas à família fica praticamente cronometrado, e estes exercem cobranças insistentes de afeto, atenção e carinho, gerando na mulher sentimento de culpa e incapacidade provenientes de tais fatores, pois mesmo esta sabendo que não conseguirá executar todas as atividades direcionadas a ela em igual proporção, busca exercê-las com a maior perfeição possível, e quando se deparam com a incapacidade de concretizar tais ações, a frustração é imediata (ÁVILA e PORTES; 2012). Essa afirmação pode

ser evidenciada no discurso de Dona Nenê, uma vez que esta, ao não conseguir conciliar as atividades laborais e o cuidado com filho e a casa, optou por abandonar o trabalho formal, investindo em uma renda alternativa, o que possibilitou uma maior dedicação ao filho e as atividades maternas.

Conciliar maternidade e trabalho pode não ser uma tarefa tão fácil. Em alguns casos o período destinado para os cuidados exclusivos do infante pode ser considerado curtos, uma vez que as licenças maternidade duram em média 4 a 6 meses. A busca por conciliar a carreira profissional e a maternidade pode propiciar divergências e ambivalência de sentimentos na mulher, uma vez que estas vivenciam a contradição entre o ideal de mãe culturalmente imposto e as exigências do mercado de trabalho (FIALHO, 2019). O que fica evidenciado no relato de Grizelda: (...) *“Essa união entre o trabalho e a maternidade era um pouco conflitante, porque por exemplo, ele ficou doente lá no CMEI, eu não podia atendê-lo imediatamente, pois pra isso eu precisaria sair do meu serviço e não tinha carro, então eu tinha que ligar para o meu marido, pra ele sair do serviço dele que era em um bairro distante, ir buscar o neném, e depois ir me buscar no serviço, porque os documentos dele ficava tudo comigo(...).”*

Em contrapartida, Garcia (2018) alega que após o período de licença maternidade, algumas mães apresentam sentimentos de liberdade e desejo para retornarem as atividades laborais, pois assim exerceriam funções produtivas e estariam atuantes em funções distintas daquelas realizadas em casa, ampliando seus papéis sociais de progenitora, esposa e cuidadora da casa. Tal fato pode ser visto no relato de Hermínia: *“(...) A maternidade não interferiu muito no trabalho que eu já desenvolvia. Eu tive 6 meses de licença maternidade e tive 1 mês de férias, então eu fiquei 7 meses em casa e quando eu voltei a trabalhar, ela já foi para o CMEI, então eu não tive nenhum prejuízo no trabalho”.*

Segundo Dias, Correia e Pereira (2011) é suma importância para a mulher efetivar uma boa relação entre o estabelecimento de ensino no qual seu filho passará um determinado tempo, pois assim ela conseguirá realizar uma boa conciliação entre estes dois papéis sociais que envolvem a maternidade e o trabalho, favorecendo a criação de uma nova perspectiva de si mesma e de seus anseios.

EIXO III: FATORES SOCIAIS

Categoria A – Separação da díade

O processo gestacional faz que surja na mulher muitas expectativas, e associado a elas ocorrem modificações físicas, psicológicas além de diversas modificações sociais, aprender a conviver com essas modificações não é uma tarefa fácil, pois todos estes fatores passam a ganhar um valor significativo em suas ações (LEITE et al, 2014). A chegada do primeiro filho altera as configurações da vida feminina, e unido a este momento, surgem fatores emocionais que se amplificam com o decorrer do processo gestacional (ZANATTA; PEREIRA, 2015).

É a partir desse processo que a relação mãe/bebê passa a se constituir, e esta primeira relação auxilia como subsídio para a construção do enlace que se firmará após o nascimento (BORSA, 2007).

Após esse período de expectativas, e com o nascimento do filho, a mãe passa a atribuir um tempo significativo aos cuidados que envolvem o bebê, sendo assim, fica possível compreender as distintas reações maternas frente a este momento de separação que se iniciará ao deixar o filho aos cuidados de terceiros, principalmente quando deixado em um local estranho e com pessoas relativamente desconhecidas (FERREIRA G.V. 2007).

Em resposta a presente pesquisa, diversas mães relataram que este primeiro período de separação não foi um momento fácil, afinal passaram um tempo significativo com os bebês no ambiente familiar, e o momento de separação foi então marcado por incertezas e inseguranças, como pode ser observado no relato de Grizelda: *“Meu coração doía, afinal eu fiquei 6 meses com ele, certinho, todo dia ali, juntos, naquele momento de separação ele ainda mamava, era difícil (...), eu cheguei a procurar psicóloga, pois eu chorava muito e me sentia muito mal, eu ficava o tempo todo mandando mensagem para saber como ele estava. Realmente foi difícil”*.

Ratificando com a afirmação de Grizelda, Nazaré também apresentou em suas falas sentimento de insegurança e impotência quando relacionado a separação entre ela e o filho. *“Foi bem ruim, porque quando você leva ele pela primeira vez é um lugar estranho pra ele e para você (...), você ver seu filho chorar e não poder pegar ele de volta, é um sentimento de impotência, é como se eu rejeitasse ele, é uma coisa horrível. Nos primeiros dias eu cheguei a ficar dois dias sem trabalhar por conta disso”*.

Dias, Correia e Pereira (2011), corroboram com as afirmações das mães acima, pois confirma em sua pesquisa que para as mães esse processo de deixar o filho no CMEI era especialmente difícil. O choro, a angustia, a culpa e as dúvidas sobre se essa era a melhor opção eram sentimentos prevalentes, porém conforme a relação de confiança entre as partes foi se estabelecendo,

esses sentimentos foram sendo dissipados. Como pode ser observado no relato de Hermínia e Dona Nenê:

Hermínia: *“no início foi difícil, porque eu me sentia culpada em deixar ela (...), mas aos poucos foi surgindo um sentimento bom, pois eu poderia ter liberdade de novo (...), e eu percebi que aqui em Foz o ensino público nesta fase inicial é de excelente qualidade (...), a capacidade dos professores passava uma tranquilidade muito grande pra mim.”*

Dona Nenê: *“No início não foi muito fácil não. Porque a gente ficou praticamente 1 ano bem grudados. Eu sai do meu antigo trabalho, e fiquei em casa somente pra ele, então como ele só mamava no peito foi complicadinho, nos primeiros dias assim foi bem complicado, mas depois ele já foi se adaptando, e eu fui pegando confiança nas professoras (...) Ai já foi mais tranquilo.”*

Em contrapartida, duas mães relataram sentimentos de tranquilidade ao deixarem os filhos sob cuidados de outras pessoas, assim como afirma Lopes et al. (2005), ao falar do processo de separação da díade em seu estudo, onde as mães mencionaram emoções favoráveis relacionadas aos cuidados dispensados por terceiros, tais como: tranquilidade, segurança e alívio. Tal afirmação pode ser verificada no relato das seguintes mães:

Maria do Carmo: *“Pra mim foi tranquilo, porque ela se adaptou muito bem. Eu não fiquei preocupada, pois ela gostava de ir (...) na verdade eu fiquei assim... nossa, ela nem liga pra mim, ela vai de boa (...). Não teve choro nem nada, então pra mim foi tranquilo.”*

Rochelle: *“Quando ele estava no CMEI eu estava trabalhando, então, na verdade eu nunca tive receio de deixar ele lá, porque eu sabia que ele estava em um lugar seguro, com uma pessoa responsável, então eu nunca tive dificuldade.”*

Realizar esse processo de separação entre a díade não é uma tarefa fácil, independentemente da idade do filho. Não é de hoje que este fator entra em pauta em diversas discussões, no entanto enfrentar essas dificuldades faz-se necessário uma vez que apesar dos sentimentos elegidos pelas mães, passar pelo processo de educação infantil é um direito da criança, independente de fatores relacionados a família (seja por falta de opção ou por desejo de incluí-lo e um ambiente social), e tal direito deve ser exercido em sua plenitude, visando tanto o bem estar materno, quanto do infante (BHERING e SARKIS, 2007).

Categoria B – Rede de apoio

Com o passar dos anos, a mulher veio ocupando espaços significativos na sociedade, e por este motivo, as famílias precisaram se reorganizar. Com o fim do prazo da licença maternidade, a mulher precisa retornar para algumas de suas funções sociais, que ficaram em segundo plano neste período, dentre elas as laborais, então neste momento, poder contar com uma rede de apoio é fundamental, uma vez que os cuidados relacionados ao infante deverão ser redistribuídos a fim de facilitar as atividades desempenhadas no lar (BELTRAME; DONELLI, 2012).

Pensando nestes cuidados, as mães ouvidas comentaram sobre como foi este período, e se puderam contar com algum auxílio neste momento. Segundo elas, algumas contaram com o auxílio de familiares, enquanto outros precisaram se reinventar para conseguir executar todos os papéis sociais que lhe são atribuídos, como é possível verificar nos seguintes relatos:

Nazaré: *“(...) Para retornar ao serviço, eu tive que contar com a ajuda da avó (...) Depois de um tempo ela ficou impossibilitada de cuidar dele pra mim, e a gente teve que optar pelo CMEI”*. Maria do Carmo: *“(...) Antes de ir pro CMEI, ela ficava com a minha sogra (...)”*. Hermínia: *“(...) Nós não temos família aqui, então a gente não tem nenhum tipo de apoio, foi bem difícil por conta disso (...)”*. Rochelle: *“(...) Eu não tinha com quem deixar, não tinha nenhum parente perto, eu separei do pai dele e vim pra Foz, era difícil, porque era muito cansativo além do estresse do dia a dia, mas no fim eu consegui me adaptar. O mais difícil era fazer tudo sozinha, mas eu consegui dar conta”*. Grizelda: *“(...) Na época eu não tinha ninguém, nem a minha mãe, ele ficava meio período comigo e ia no outro período para o CMEI”*. Dona Nenê: *“(...) Eu não tive ninguém que me auxiliasse nesse período, como precisava trabalhar coloquei ele no CMEI”*.

Partindo destes relatos, no que diz respeito à rede de apoio pode-se observar que nenhuma mãe relatou partilhar os cuidados do filho com o seu cônjuge, mesmo estando os dois morando juntos e tendo atividades similares, apresentando argumentos que afirmam que os cuidados eram exclusivamente desempenhados por elas. Segundo Andrade, Baccelli e Benincasa (2017), muitas mães exercem seus papéis de modo solitário, os autores constataram no estudo que nenhuma mãe relatou partilhar de suas responsabilidades, angústias e anseios com os seus companheiros ou familiares.

Por isso, à medida que as mulheres deixaram de ter o cuidado inteiramente familiar e passaram a entrar para o mercado de trabalho, o pai começou a redescobrir a parentalidade, entretanto, este cuidado ainda é visto de forma secundária e/ou como um auxílio. Visto que, a sociedade que

força o homem a ser cuidadoso e amoroso com os filhos e a mesma que discrimina se o mesmo falta ao trabalho para ir a uma reunião no colégio das crianças. Essas tarefas ainda são dominantes e recaem sobre a mulher, o que pode ser conflituoso para a mesma, pois muitas vezes ela se sente frustrada em termos de vontade e autonomia e sente que o desenvolvimento de sua carreira foi comprometido (ARRUDA e LIMA; 2014).

Dentre as mães que relataram possuir uma rede de apoio (Nazaré e Maria do Carmo), ambas afirmaram que os filhos ficaram sob os cuidados dos avós e por esse motivo puderam esperar um tempo mais longo para inserir seus filhos no CMEI, matriculando-os apenas próximo aos dois anos de idade. Corroborando com o estudo de

Piccinini et al. (2016) onde as mães relataram que os principais cuidadores que auxiliaram no período de retorno das mães as atividades laborais foram os avós.

Por outro lado, dentre as mães que precisaram inserir seus filhos no CMEI ainda no primeiro ano de vida, a falta da rede de apoio foi um fator significativo, uma vez que essas precisam retornar ao mercado de trabalho, por desejo ou necessidade, e não poderiam contar com um auxílio apropriado (PICCININI et al. 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as dificuldades apresentadas durante o processo de inserção do primeiro filho em um estabelecimento de ensino, fica evidente a presença de aspectos emocionais relacionados a desvinculação da mãe-bebê, sendo observado nos relatos das mães sentimentos negativos relacionados a este processo, estes sentimentos foram denominados como: angústia, tristeza, ansiedade, medo, temor e culpa. Entretanto, algumas mães relataram sentimentos positivos ao processo de desvinculação, como o retorno da liberdade esperada, a volta para suas atividades laborais e atividades cotidianas.

Em relação aos cuidados dispensados ao infante apresentaram como únicos fatores negativos a insegurança e receio proveniente da escuta de terceiros a respeito de violências ou de maus-tratos à criança. Todavia, as mães alegaram que não compactuavam destes pensamentos e seus receios estavam relacionados a falta de provimento das necessidades biológicas do filho, uma vez que estes estariam em uma sala compartilhando suas necessidades com mais crianças. Contudo, com conhecimento do local e dos

profissionais passaram adquirir confiança nestes e aos poucos deixarem seus filhos com uma maior tranquilidade e segurança.

Já os aspectos socioeconômicos pelos quais as mães buscaram a rede pública de ensino, foi unânime a presença da necessidade de auxiliar no sustento familiar. Este momento foi permeado por um sentimento de culpa, uma vez que estas relataram ter ficado um tempo longo aos cuidados exclusivos do filho. A respeito dos fatores sociais, o principal fator elencado foi a ausência de uma rede de apoio, ficando esta como principal responsável pelos cuidados do infante, mesmo que cinco das seis mães relataram possuir um relacionamento amoroso e conviver com o conjugue. Das mães entrevistadas apenas duas relataram possuir uma rede de apoio, sendo esta formada pelos avós.

Em suma, procurar conhecer os sentimentos e dificuldades maternos frente ao processo de inserção escolar são de importância significativa para auxiliar no desenvolvimento de ações que promovam um maior acolhimento das mães neste período. Medidas que envolvam uma escuta e acolhimento especializado auxiliariam no enfrentamento dessas dificuldades enfrentadas pelas mães, além de favorecer um bom vínculo em mãe e filho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. de. J; BACCELLI, M. S; BENINCASA, M. O vínculo mãe-bebê no período de puerpério: uma análise winnicottiana. **Vínculo**, São Paulo , v. 14, n. 1, p. 1-13, 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902017000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29. Maio. 2020.

ARRUDA, Sérgio Luiz Saboya; LIMA, Manuela Caroline Ferreira. O novo lugar do pai como cuidador da criança. **Estudos interdisciplinares em Psicologia**, v. 4, n.2, p. 201-216, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/viewFile/18198/14471> Acesso em: 27. Outubro. 2020.

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. A tríplice jornada de mulheres-pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 20, n. 3, p. 809-832, Dec. 2012. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300011>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Schneider. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aletheia**, Canoas, n. 38-39, p.206-217, dez. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942012000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18. Outubro. 2020.

BHERING, Eliana; SARKIS, Alessandra. **A inserção de crianças na creche: um estudo sobre a perspectiva dos pais**. 30ª Reunião Anual da Anped, 2007.

Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT07-3293--Int.pdf>. Acesso em: 19 out 2020.

BORSA, J. C. Considerações acerca da relação Mãe-Bebê da gestação ao puerpério. **Contemporânea; Psicanálise e Transdisciplinaridade**, Porto Alegre, n.02, 2007. Disponível em: <http://www.revistacontemporanea.org.br/revistacontemporanea-anterior/site/wp-content/artigos/artigo89.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

BOSSI, T. J; BRITES, S. de A. N. D; PICCININI, C. A. Adaptação de Bebês à Creche: Aspectos que Facilitam ou não esse Período1. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 27, supl. 1, p. 448-456, 2017. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-432727s1201710>

COELHO, Virginia Paes. **Trabalho e maternidade no cotidiano de professoras do ensino superior**. UNISA – Universidade de Santo Amaro 2002. P 1-16. Disponível em: <https://www.cibs.cbciss.org/arquivos/trabalho%20e%20maternidade%20no%20cotidiano%20de%20professoras%20do%20ensino%20superior.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

COSTA, F. A. da. Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas** v. 3, n. 6, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15986>. Acesso em: 26 maio 2020.

CRISTOFOLETI, R. de C; CAMPOS, P. de. O processo de adaptação da criança na creche: seu desenvolvimento afetivo, cognitivo e psicomotor. **Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino**, n. 1, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/14427>. Acesso em: 26 maio 2020.

DIAS R., CORREIA, J., PEREIRA, M. de F. A creche como direito das crianças à educação: a legitimidade construída pela experiência de pais e mães com filhos na creche. **[Atas do XI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação]**. Instituto Politécnico da Guarda. p. 365 -374, 2011. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/61923/2/87060.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

FERNANDES, M. R. da C. **Da família à creche: narrativas de mães sobre processos de transição de seus bebês**. 94 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17706>. Acesso em: 15 maio 2020.

FERREIRA, G.V. **O impacto da adaptação de crianças na creche sobre os sentimentos maternos**. 64 f. Monografia (Especialização) - Programa de Especialização em Psicologia Clínica - Infância e Família, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12295>. Acesso em: 15 maio 2020.

FIALHO, I. de M. **Maternidade e trabalho: o que motiva os pais a levarem os filhos na escola**. Mar; 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/12813>. Acesso em: 14 mar. 2020.

GARCIA, C. F; VIECILI, J. Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 271-280, 2018. Doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5541>

LEITE, M. G. et al. Sentimentos advindos da maternidade: revelações de um grupo de gestantes. **Psicol. estud. Maringá**, v. 19, n. 1, p. 115-124, março de 2014. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-7372217650011>

LOPES, R. de C. S. et al. "No início eu saía com o coração partido...": as primeiras situações de separação mãe-bebê. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 26-35, dez. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822005000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 mar 2020.

MARANHAO, D. G; SARTI, C. A. Creche e família: uma parceria necessária. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 133, p. 171-194, abril de 2008.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742008000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 maio 2020.

MINAYO, Marília Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21ª edição. Editora Vozes: Petrópolis, 2002.

NASCIMENTO, G. A. F.; VILLAS BÔAS, R. V. Proteção da mulher: direito individual e social à igualdade de condições no mercado de trabalho e ao direito à maternidade. **Conpendi Law Review**, v. 1, n. 6 (III Encontro de Internacionalização do COMPENDEI - Madrid), p. 156-172, 2015. Disponível em: <http://www.indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/3459/2972>. Acesso em: 29 maio 2020.

OLIVEIRA, S. C. M. de. **Processo de adaptação das crianças na educação infantil: os desafios das famílias e dos educadores da infância**. 249 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153912>. Acesso em: 26 maio 2020.

PICCININI, C. A. et al. Razões maternas para colocar ou não o bebê na creche. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 59-74, 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 maio 2020.

SALES, Samara Dayse do Nascimento Silva. **Adaptação escolar: o processo de inserção de crianças pequenas no ambiente escolar na perspectiva dos pais**. Monografia apresentada ao curso de pedagogia da UFRN, Natal, RN, jul. 2017. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/5833>. Acesso em: 13. Outubro. 2020.

WEBER, N. D, et al. Filhos em creches no século XXI e os sentimentos das mães. **Psicologia Argumento.**, Curitiba, v. 24, n. 44 p. 45-54, jan./mar.2006. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Psicologiaargumento/2006/vol24/no44/5.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

ZANATTA, E; PEREIRA, C. R. R. Ela enxerga em ti o mundo: a experiência da maternidade pela primeira vez. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 4, p.959-972, dez. 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.4-12>.

